

Quem cala agora, decide depois

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Eles são muitos, mas aparecem pouco, tanto no noticiário como no plenário, preferindo os gabinetes. Silenciosos e discretos, em geral, também não se envolvem diretamente nas acaloradas discussões dos temas mais polêmicos. Mesmo assim, seus votos terão exatamente o mesmo valor das principais lideranças. O deputado Chagas Duarte (PFL-RR) com três mil votos está confuso quanto à reforma agrária e acha que o aborto deveria ser tema constitucional e

"eternamente proibido", opiniões que na hora do voto em plenário, no próximo mês, terão peso igual às do senador Mário Covas (PMDB-SP), com seus oito milhões de eleitores.

Os constituintes são 559 e os votos de 280 deles podem decidir o futuro do País. É a força da chamada "maioria silenciosa", formada por deputados como Antônio de Jesus (PMDB-GO), que é contra a reforma agrária, mas exige a desapropriação sem indenização de terras "onde se planta maconha", e que pretende votar com a Bfblia, "que não é de direita nem de esquerda". Para reforçar

sua tese, ele foi até a casa do presidente da Constituinte para benzer Ulysses Guimarães.

Há outros, como o senador por acaso Auro Melo (PMDB-AM), que duas semanas antes de o titular da vaga, Fábio Lucena, se suicidar, pedia, aflito, ao amigo deputado Bernardo Cabral: "Será que o Fábio não podia sair um pouquinho, para eu entrar na Constituinte?" Ou deputados como Jesualdo Cavalcanti (PFL-PI) e Amílcar Moreira (PMDB-PA), que quase não vão ao plenário apresentar idéias e, embaraçados, quando procurados para opinar, preferem

sempre dizer que estão muito ocupados para comentar a Constituinte.

O Estado de S. Paulo ouviu 50 constituintes de diversos Estados e partidos, quase todos em primeiro mandato e pouco conhecidos em Brasília. A maioria diz-se de centro e independente, sem pertencer a grupos ideológicos determinados. São, principalmente, do PMDB e PFL, partidos em que as divisões são maiores, constituindo-se quase em frentes, enquanto praticamente não existe "maioria silenciosa" em partidos mais engajados, como os comunistas, PT e PDT.

Anistia não é bem vista

A pesquisa mostra que 27 deles são presidencialistas, 17 parlamentaristas e seis indecisos, embora exista quase um consenso de que o Congresso deva ter mais poderes. Uma exceção é a deputada Sadie Havache (PFL-AM), que é presidencialista, mas não parece acreditar muito na Câmara como instituição, e diz ser contra a anistia, porque "traria baderna para dentro das organizações militares, as únicas nas quais podemos ter fé".

O deputado Joaci Góes (PMDB-BA) é parlamentarista convicto e tem uma explicação para sua certeza: "Análises críticas de instituições universitárias provam que o parlamentarismo é o regime mais estável". Ele não soube dar detalhes sobre esses estudos. Já o deputado Jacy Scanagatta (PFL-PR) está indefinido até agora sobre tema tão importante: "Vou deixar para ver o que acontece".

Quando à anistia, há uma clara divisão: 19 são totalmente contra e outros 19 preferem uma anistia parcial, mais para os casos políticos e sem a reintegração nas Forças Armadas. Apenas nove aprovam uma anistia total e três ainda não se definiram. O deputado João de Deus (PDT-RS) tem restrições à anistia: "Não pode beneficiar homossexuais perniciosos nem maus elementos. Nisso voto até contra meu partido". O deputado Dionísio Dal Prá (PFL-PR) é contra qualquer anistia e avisa: "Estou com o ministro Leônidas Pires Gonçalves".

Bastante original é a opinião do deputado José Maria Eymael (PDC-SP), que só admite anistia "para os pilotos militares". O deputado Jaime Paliarin (PTB-SP) também não quer homossexuais anistiados, enquanto o deputado Jesus Tajara (PFL-PI) acha que já houve anistia e que o que a Constituinte precisa fazer "é prender o pessoal dos crimes do colarinho branco". A deputada Maria Lúcia (PMDB-AC) acha a anistia justa, mas explica: "Eu fui cassada em 69 e, se tivesse direito a indenização, jamais ia requerê-la".

REFORMA AGRÁRIA

Para o deputado Gidel Dantas (PMDB-CE) "não há o que reformar". A seu ver a Constituinte nem deveria falar em reforma agrária. Mas a "maioria silenciosa" apóia uma reforma liberal com 33 votos; apenas três não querem mexer na terra e outros três ainda não sabem o que fazer, enquanto 11 são favoráveis a

Mulher, "rainha do lar"



José Maria Eymael

uma reforma mais radical, inclusive com imissão imediata de posse.

A idéia que predomina é diminuir os efeitos da imissão imediata de posse, aumentando o prazo para apreciação judicial, que seria obrigatória. A reforma começaria por terras do governo e depois atingiria apenas as improdutivas, com as benfeitorias indenizadas em dinheiro e o restante em títulos da dívida agrária. Há quase um consenso de que não adianta apenas distribuir terra sem política agrícola e de assentamento que realmente funcione.

O deputado Ronaro Corrêa (PFL-MG) quer ressuscitar a sigla BNH, mas como Banco Nacional do Hectare, com financiamento para quem compra a terra: "Assim acabamos a discussão sobre reforma agrária". Para a deputada Maria Lúcia (PMDB-AC), a questão agrária na Constituinte não é tão difícil, "basta ter boa vontade, não brigar, esfriar a cabeça e achar uma solução".

A deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF) tem sobrenome, famoso, mas quase não aparece na Constituinte; fazendo parte da maioria silenciosa. Presidencialista "por tradição hereditária", ela não vê problema nenhum com a reforma agrária no plenário: "É só todos sentarem numa cadeira e achar uma solução de consenso".

"Ainda não sei o que fazer sobre a aposentadoria. Afinal, a mulher quer direitos iguais e vive mais do que o homem. Então, talvez devesse trabalhar mais anos que ele. Mas, pensando bem, o melhor é ter a mulher apenas como a rainha do lar." Este é o conceito do deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO) sobre a questão da aposentadoria.

Aliás, os números da aposentadoria confundem os 50 constituintes entrevistados, mas 15 deles apóiam 35 anos para o homem e 30 para a mulher, enquanto nove defendem 30 anos para o homem e 25 para a mulher, ressaltando-se as categorias especiais. Quatro ainda não se definiram.

Alguns falam em 60, 65 e até 70 anos de idade para a aposentadoria, e apenas cinco querem que a mulher e o homem tenham direitos iguais. A idade mínima de aposentadoria, de 48 e 53 anos, como está no substitutivo de Bernardo Cabral, divide os constituintes, sendo grande a corrente dos que acham que é suficiente ter o tempo necessário de contribuição, independentemente da idade.

Os constituintes apóiam a aposentadoria privilegiada da mulher, sob a alegação de que ela tem jornada dupla, na empresa e no lar. "Afinal, depois de um dia todo de trabalho, ela ainda tem de cozinhar para o marido que chega bêbedo em casa", opina o deputado Gonzaga Patriota (PMDB-PE).

"Sobre isto não tenho a mínima idéia", é o que comenta a deputada Maria Lúcia (PMDB-AC), em relação ao seu conceito de empresa nacional e como votará na Constituinte. "Não li essa parte do substitutivo do relator Bernardo Cabral", diz o deputado Vinicius Cansanção (PFL-AL). "Não sei exatamente como está no projeto", justificam-se os deputados Fernando Velasco (PMDB-PA) e Rospide Netto (PMDB-RS), por não saberem o que responder quanto à importante questão. O deputado João de Deus (PDT-RS) foi mais franco: "Não entendo nada de economia, nada mesmo. Agora, empresa nacional é nossa. Sobre multinacionais, nem tanto ao mar nem tanto à terra". E mais não comentou.

Fora de dúvida, o tema empresa nacional é quase desconhecido para 17 constituintes da chamada "maioria silenciosa". Outros sete defendem "o maior nacionalismo possível", enquanto quatro querem ampla abertura aos estrangeiros. Muitas opiniões coincidem com a do deputa-

do Atila Lira (PFL-PI): "Defendo o controle acionário por um residente no País, admitindo que o capital seja misto".

Para o deputado Roberto Torres (PTB-AL), "a empresa nacional deve ter capital exclusivamente nacional", enquanto para o deputado Délio Braz (PMDB-GO), "a empresa nacional não deve ter nenhum Benesse constitucional, mas ser de brasileiros natos domiciliados no País". O deputado Narciso Mendes (PDS-AC) é mais liberal: "Deve ser formada no Brasil, por brasileiros ou pessoas radicadas no País, e o capital estrangeiro é bem-vindo", enquanto o deputado Maguito Vilela (PMDB-GO) quer "maior disciplina do capital externo".

O deputado Waldec Ornéias (PFL-BA) não vê importância na questão de empresa nacional: "Afinal, o Brasil já tem uma economia desenvolvida e a definição pretendida nos leva a ter uma posição xenofóbica (sic) em relação ao capital externo, isto é tema de legislação ordinária".

A "maioria silenciosa" concorda que o aborto não é tema constitucional e deveria ser tratado em legislação ordinária, mas 31 constituintes são radicalmente contra; apenas quatro são a favor do aborto e outros quatro ainda estão indecisos, como demonstra a confusa explicação da deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF): "A Constituinte deve definir o conceito, não pode proibi-lo enquanto conceito humano, da mesma forma que não pode defini-lo. E também não se pode deixá-lo de lado".

Outra deputada, Sadie Havache (PFL-AM), é a favor do aborto: "Enquanto não há planejamento familiar, não podemos continuar colocando tanto Pixote no mundo". Ela faz questão de dizer, entretanto, que tem seis filhos e que nunca fez um aborto. Outro a favor é o deputado Felipe Cheidde (PMDB-SP): "A mulher deve ser dona de seu corpo". Já o deputado Sérgio Spada (PMDB-PR) considera o aborto "um pecado".

O deputado Jesus Tajara (PFL-PI) dá uma idéia do que é uma parte da chamada maioria silenciosa ao se autodefinir: "Sem ideologia, apenas um democrata que não gosta de radicalismo, em algumas questões voto com a esquerda e em outras com a direita, defendendo com ardor postura conciliatória".

(Jair Barbosa, Leda Flora, Rubens Santos e Cláudio Kuck)